



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

Associação para o Desenvolvimento Empresarial

RELATÓRIO E CONTAS 2025

www.forumcompetitividade.org



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

RELATÓRIO DE 2025

De acordo com os princípios legais e estatutários, vem o Conselho Directivo (CD) do Forum para a Competitividade (FpC) apresentar aos Associados o Relatório e as Contas relativos ao exercício de 2025.

A. A nível associativo, no exercício de 2025 teve lugar uma **Assembleia Geral**, em 11 de Dezembro, para aprovação das Contas de 2024 e para análise das perspectivas de evolução do Forum para a Competitividade.

Na sequência do insucesso das iniciativas para tentar encontrar novos membros para os Órgãos Sociais, a solução mais viável para o futuro do Forum para a Competitividade parece ser a inserção do Forum na estrutura orgânica da AIP-CCI, deixando o Forum de ter autonomia jurídica. Esta foi a solução que colheu opinião favorável da maioria dos participantes na reunião que o Conselho Directivo organizou com o Conselho Consultivo, em 10 de Dezembro.

Tiveram, ainda, lugar cinco reuniões do Conselho Directivo em 14/01, 11/02, 25/03, 24/06, 09/09 e 25/11.

B. A nível das actividades, em 23 de Outubro o Forum realizou o seu habitual seminário sobre o Orçamento do Estado.

A nível da actividade sublinha-se, igualmente, o **Gabinete de Estudos** que, desde 2016, tem vindo a desenvolver o seu apoio ao Conselho Directivo e a fazer intervenções na comunicação social (Anexo 1). Além disso, foram publicadas 12 **Notas de Conjuntura** (uma iniciativa mensal do Gabinete de Estudos do Forum, com distribuição electrónica), e 4 publicações das "**Perspectivas Empresariais**" – um trabalho trimestral especificamente pensado para responder às

JNR
Handwritten signatures and initials in blue ink.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

necessidades de informação dos empresários e gestores, também coordenado pelo Gabinete de Estudos e distribuído por via electrónica. Ambas as publicações foram objecto da atenção da comunicação social quer escrita quer digital.

O **Site do FpC** foi mantido e constantemente actualizado, incluindo as notícias de referência (linkadas para os documentos originais), artigos de opinião que merecem especial atenção na temática da competitividade e, ainda, estudos/*papers* versando matérias relacionadas (fiscalidade, legislação laboral, concorrência, justiça económica, etc.). O acesso faz-se através do endereço www.forumcompetitividade.org.

Além do site oficial, o Forum mantém actualizada a sua página no **Facebook**, com acesso em www.facebook.com/ForumParaACompetitividade.

1. Seguidamente, detalhamos, cronologicamente, os principais pontos da **atividade do Forum em 2025:**

- Em 21 de Outubro, o Presidente do Conselho Directivo participou numa mesa redonda organizada pela AIP-CCI, a propósito da publicação do livro "Javier Milei – A Causa da Liberdade".
- Em 23 de Outubro, o Forum realizou o habitual seminário sobre o Orçamento do Estado, "Orçamento do Estado 2026", que teve lugar na AESE Business School. (Anexo 2). Esta edição foi efectuada, como vem sendo habitual nos últimos anos, com a colaboração da AESE e, pela primeira vez, da Deloitte.
- Em 7 de Novembro, o Conselho Directivo do Forum foi recebido em audiência pelo Ministro Adjunto e da Reforma do Estado, para apresentação de uma proposta do Forum para a Competitividade de medidas de política de simplificação ou de criação de outros incentivos e apoios às fusões e aquisições, com vista a fomentar

JNR
Handwritten signatures and initials in blue ink.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

operações de consolidação e crescimento empresarial, que foi entregue ao Ministro da Economia em 2024, e que contempla medidas relevantes de simplificação administrativa.

- Em 10 de Dezembro, realizou-se uma reunião conjunta do Conselho Directivo e Consultivo, para análise das perspectivas de evolução do Forum.
- Em 11 de Dezembro, o Forum para a Competitividade realizou a sua Assembleia Geral.

2. Durante o ano de 2025 o Presidente do Forum prestou diversas declarações à comunicação social:

- 17 de Março, participação no podcast "E se corre bem?", uma iniciativa do ECO.
- 9 de Abril, participação no Jornal2, RTP 2, a propósito das tarifas norte-americanas e o seu impacto na economia.
- 7 de Novembro, entrevista ao jornal Vida Económica (Anexo 3).

3. Em 2025 não se registou a adesão de **novos Associados**. Registou-se o aumento da quota da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, que passou da categoria E para a categoria C. Por outro lado, **saíram** de Associados: Douro Azul, Efacec, Impresa, Jorge Armindo Teixeira, José Manuel Fernandes e Nuno Cintra Torres.

Um balanço dos últimos 12 anos (2013/2025) revela que, nesse período, saíram 67 Associados e entraram 69.

4. Um enorme **agradecimento** é devido às 9 empresas e instituições que apoiaram as iniciativas e publicações do Forum com os seus patrocínios (por ordem alfabética):

3

N
JNR
3
A
A



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

- AESE, Apifarma, BBVA, Brisa, Caixa Geral de Depósitos, Jerónimo Martins, Millennium BCP, Ordem dos Engenheiros e The Navigator Company.

5. As **contas** do Exercício de 2025 apresentam um resultado líquido positivo de €36.419,42. Este valor só foi possível pelo facto da AIP-CCI ter anulado, através da emissão de notas de crédito, uma dívida de €28.743,39 (ver rúbrica de "**Outros rendimentos e ganhos**").

- A nível do **balanço** registou-se um pequeno acréscimo do total do activo, de €19.209,02 para €19.356,90 (+€147,88), acompanhado de um decréscimo do passivo, de €72.288,57 para €36.017,03 (-€36.271,54). Foi prosseguida a recuperação dos Fundos Patrimoniais, que passaram de -€53.079,55, em 2024, para -16.660,13, em 2025. Foi, entretanto, acordado, já no início do exercício de 2026, o pagamento, por encontro de contas pela emissão de facturas referentes aos patrocínios à Nota de Conjuntura e às Perspectivas Empresariais, de uma dívida de €7.581,64 com a Fundação AIP, o que reduz para menos de metade o valor negativo dos Fundos Patrimoniais.
- Os **fornecimentos e serviços externos** tiveram um decréscimo de €38.368,44 em 2024, para €24.670,63 em 2025. Os **gastos com pessoal** tiveram um pequeno decréscimo de €72.082,18 em 2024, para €71.986,22, em 2025.
- Os rendimentos das **quotizações e jóias** de 2025 foram de €84.214,50, um decréscimo face a 2024, que totalizou €92.469,65.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

- As **imparidades** de valores a receber foram -€6.018,75. Não se registaram custos gastos/reversões de depreciação e de amortização.
- As receitas com os **patrocínios da Nota de Conjuntura** foram de €4.500, um decréscimo de €3.000 face a 2024.
- As receitas com os **patrocínios das Perspectivas Empresariais** – publicação trimestral do FpC – foram de €9.000,00 (€9.625,00 em 2024).
- Os rendimentos de **patrocínios** e **inscrições** em **eventos** organizados pelo Forum foram de €12.500, um decréscimo face a 2024 (€19.896,32). Os patrocínios obtidos destinaram-se ao seminário “O Orçamento do Estado 2026” (em 23/10/2024). Não houve inscrições em eventos.
- Nestes termos, o **total de rendimentos e ganhos** foi de €142.376,56 e apresenta a seguinte evolução nos últimos nove anos:
 - 2025: €142.376,56 (inclui a anulação, por emissão de notas de crédito, da dívida à AIP-CCI, no valor de €28.743,39)
 - 2024: €130.210,11
 - 2023: €155.235,44 (incluiu aumento de 5% do valor das quotas)
 - 2022: €135.328,19
 - 2021: €184.290,78 (incluiu quotização extraordinária de €22.643)
 - 2020: €194.830
 - 2019: €225.727
 - 2018: €189.150

Jnr
5



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

- 2017: €211.116 (incluiu quotização extraordinária de €45.610)
- 2016: €156.406
- O **resultado líquido do exercício** foi positivo em €36.419,42 (positivo em €13.211,22 em 2024)

6. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho Directivo propõe que o resultado líquido do exercício de 2025, positivo em €36.419,42, seja aplicado na conta de resultados transitados.

7. Perspectivas Futuras

Como referido no início deste relatório, o Conselho Directivo tem vindo a trabalhar, conjuntamente com a Direcção da AIP-CCI, visando a integração do Forum para a Competitividade nessa Associação, solução que irá ser submetida a aprovação pela Assembleia Geral do Forum para a Competitividade, conjuntamente com a aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2025. Refira-se, no entanto, que essa solução prevê a continuidade da actividade que o Forum tem vindo a desenvolver ao longo dos anos, nomeadamente através das suas publicações "Nota de Conjuntura" e "Perspectivas Empresariais", e da organização de seminários dedicados a temas relevantes da actualidade política e económica.

Refira-se que, à data de 31/12/2025, não existem dívidas em mora do Forum ao Estado ou à Segurança Social.

Lisboa, 5 de Maio de 2026

6

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '16' at the top right, 'JMR' below it, and several other scribbles and initials at the bottom right.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

O CONSELHO DIRECTIVO

Pedro Ferraz da Costa
(Presidente)

António Nogueira Leite
(Vice-Presidente)

Jaime Esteves
(Vice-Presidente)

João Moreira Rato
(Vice-Presidente)

Cecília Meireles
(Vogal)

José Honório
(Vogal)

Luís Todo Bom
(Vogal)

Sofia Tenreiro
(Vogal)

Entidade: Forum para a Competitividade (Associação)

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2025




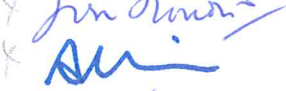


Unidade Mon. (Euro)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2025	31/12/2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	0,00	0,00
Activos intangíveis	8	330,57	330,57
Outros créditos e ativos não correntes		1 399,19	1 399,19
		1 729,76	1 729,76
Activo corrente			
Inventários	9	0,00	0,00
Creditos a receber	11	0,00	0,00
Patrocinadores/associados	11	10 482,29	4 083,48
Diferimentos	15,3	796,15	304,08
Outros ativos correntes	11	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	6 348,70	13 091,70
		17 627,14	17 479,26
Total do activo		19 356,90	19 209,02
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		-53 079,55	-66 290,77
Resultado líquido do período		36 419,42	13 211,22
Total dos Fundos Patrimoniais	15.2	-16 660,13	-53 079,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos Obtidos	6	0,00	0,00
Fornecedores	11	0,00	20 543,00
		0,00	20 543,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11	13 170,95	26 794,98
Estado e outros entes públicos	15.1	6 067,59	8 178,59
Financiamentos Obtidos	6	5 000,00	5 000,00
Diferimentos	15.3	0,00	0,00
Outros passivos correntes	11	11 778,49	11 772,00
		36 017,03	51 745,57
Total do passivo		36 017,03	72 288,57
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		19 356,90	19 209,02

Executado por Nucase-Contabilidade e Assistência Fiscal, SA em 28/04/2026 09:38

Gerência/Administração

Contabilista Certificado



Entidade: Forum para a Competitividade (Associação)

Demonstração Individual dos resultados por naturezas

Periodo Findo em 31 de Dezembro de 2025

Unidade Mon. (Euro)

Rendimentos e Gastos	Notas	Periodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	110 214,50	129 490,97
Subsídios, doações e legados a exploração	10	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	12.1	-24 670,63	-38 368,44
Gastos com o pessoal	12.2	-71 986,22	-72 082,18
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	10	-6 018,75	278,22
Outros rendimentos	10	32 162,06	448,92
Outros gastos		-3 281,54	-6 556,27
Resultados antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		36 419,42	13 211,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36 419,42	13 211,22
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes dos impostos		36 419,42	13 211,22
Imposto sobre o rendimento do período	15.2	0,00	0,00
Resultado líquido do periodo		36 419,42	13 211,22

Gerência/Administração

Contabilista Certificado

x *Devon d SE*
 x *J. T. B.*
 x *J. ... NR.*
 x *J. ...*
 x *...*
 x *...*
 x *...*
 x *...*
 x *...*

Ana Guereke

Entidade: Forum para a Competitividade

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2024

NIPC: 503268100
Unidade monetária (1)

DESCRICO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade mãe			Total	Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
					Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais			
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	1				-107 716,96			41 426,19		-66 290,77
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO INTEGRAL										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos	3							13 211,22		13 211,22
Subsídios, doações e legados	4=2+3									
Distribuições										
Outras operações								(41 426,19)		
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024										
NUCASE Mod. 02-129 Rev. B / 31/01/2018										
Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2025										

DESCRICO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade mãe			Total	Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
					Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais			
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	6				-66 290,77			13 211,22		-53 079,55
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO INTEGRAL										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos	7							36 419,42		36 419,42
Subsídios, doações e legados	8									
Distribuições	9=7+8									
Outras operações										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2025										
NUCASE Mod. 02-129 Rev. B / 31/01/2018										
Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2026										

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Unidade monetária (1)

NIPC: 503268100

Contabilista certificado

MÉTODO DIRECTO

Demonstração de Fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Rubricas	Notas		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - metodo directo				
Recebimentos de clientes e utentes		+	93 458,15	124 718,17
Pagamentos a fornecedores		-	(22 049,98)	(39 046,79)
Pagamentos ao pessoal		-	(71 346,90)	(77 097,97)
Caixa gerada pelas operações		+/-	61,27	8 573,41
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	(6 804,27)	(6 323,25)
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		+/-	(6 743,00)	2 250,16
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de: Juros e rendimentos similares		+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		+/-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de: Financiamentos obtidos			0,00	0,00
Pagamentos referentes a: Financiamentos obtidos Juros e gastos similares		-	0,00	(7 000,00)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		+/-	0,00	(7 000,00)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)				
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	(6 743,00)	(4 749,84)
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	4		13 091,70	17 841,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4		6 348,70	13 091,70

O Contabilista Certificado

Ana Branca

A Administração

José António
 J. F. A. B.
 J. F. A. B.
 José António
 Aluísio
 Aluísio
 Sofie Tenreiro

FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Associação Para o Desenvolvimento Empresarial

Praça das Industrias- Edif. AIP

1300.307 LISBOA

Nº. Cont. : 503 268 100

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2025

INTRODUÇÃO

A associação Forum para a Competitividade, constituída em 1994, tem como objeto social a promoção e desenvolvimento da competitividade empresarial.

1- Identificação da entidade:

1.1-Designação: Forum Para a Competitividade- Associação para o Desenvolvimento Empresarial

1.2- Sede: Praça das Indústrias, Edifício Rosa – 1º 1300-307 Lisboa

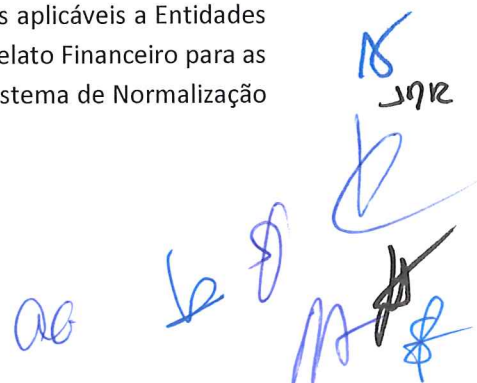
1.3-Natureza da atividade: Associação sem fins lucrativos, para o desenvolvimento empresarial.

1.4-FORUM é uma associação criada sem Fundos, pelo que os seus Fundos Próprios resultam apenas dos resultados gerados em cada exercício desde a sua constituição. A data de 31 de dezembro o valor dos Fundos é de 16.660,13 Euros negativos

2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1- Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho (alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho), em particular com os modelos de Demonstrações Financeiras e código de contas aplicáveis a Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Para as ESNL, o Sistema de Normalização Contabilística é composto pelos seguintes instrumentos:



- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3- Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

Todas as quantias monetárias são expressas em euros

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada.

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Associação avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "JNR" and various initials and marks.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente despesas com o registo da marca com vida útil indefinida, pelo que não são objeto de amortização.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Associação efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Associação procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

AG
b
\$

NR
JNR
M
A
A

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de "Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Associação correspondem aos Associados e outras contas a receber, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

AS
JNR
OG
v
*

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio correspondem a ações/ quotas da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Associados e outras contas a receber

Os saldos de associados constituem as contas a receber pelas respetivas quotizações. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de serviços pela Associação no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JNR", "AG", and other illegible marks.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização. O método de valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia registada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de "Juros e gastos similares suportados".

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Associação procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i)

AS
JMR

AG
AS
AS

obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

Rédito

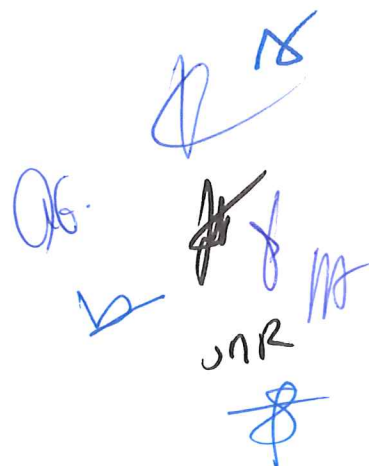
O rédito relativo a quotizações, vendas e prestações de serviços, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Associação, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou de "Credores por acréscimos de gastos" relevados nas rubricas de balanço de "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar", respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registadas por contrapartida das rubricas de "Diferimentos" do passivo e do ativo, respetivamente.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right, a signature with 'AG.' to its left, and several other initials and signatures below, including one that appears to be 'JNR'.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF- ESNL foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

Imparidade de Associados e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Associação faz da probabilidade de recuperação dos saldos de associados ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do associado e outros devedores e da deterioração da situação creditícia dos principais associados e outros devedores. Caso as condições financeiras dos associados se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

Provisões

A Associação exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando a Associação espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que

AS
JNR
OG
[Handwritten signatures and initials]

nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

Enquadramento fiscal

A Associação está enquadrada no regime normal trimestral de IVA com afetação real de todos os bens e serviços.

Em termos de IRC está enquadrada no regime geral de IRC sendo que a Associação obtém rendimentos não sujeitos como quotas e joias e rendimentos isentos que é a restante atividade da Associação.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da associação e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4-Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 têm a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	Totais	Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	Totais
Caixa	84,95		84,95	84,95		84,95
Depósitos bancários	6.263,75		6.263,75	13.006,75		13.006,75
Outros equivalentes de caixa	0,00		0,00	0,00		0,00
Totais	6.348,70	0,00	6.348,70	13.091,70	0,00	13.091,70

5-Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior, apresentada para efeitos comparativos. Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a checkmark, the initials "JNR", and several illegible signatures.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

6 Financiamentos obtidos

No exercício de 2017 foram contraídos empréstimos sem juros, de membros do Conselho Diretivo, no valor de 10.000€, que concordaram ser reembolsados em 2018 e que permitiram salvaguardar o pagamento atempado de obrigações com o Estado e com o pessoal, até à cobrança da quotização extraordinária, referida na introdução a este Relatório. Já foram reembolsados 5.000€.

Em 2021 foi contraído mais um empréstimo de 10.000€.

Em 2022 foi contratado um empréstimo de 12000€ e foram reembolsados 10.000€

Em 2023 foram reembolsados 5.000€

Em 2024 foram reembolsados 7.000€

Empréstimos obtidos		31-12-2025	31-12-2024
	Locação Financeira	0,00	0,00
Até 12 meses	Associados	5.000,00	5.000,00
	Subtotais	5.000,00	5.000,00
	Locação Financeira	0,00	0,00
Mais de 12 meses	Associados	0,00	0,00
	Subtotais	0,00	0,00
	Totais	5.000,00	5.000,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JNR" and other illegible marks.


7-Ativos fixos tangíveis


Vidas úteis e métodos de depreciação

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo
Vidas úteis		4	
Taxas de depreciação		25,00%	
Métodos de depreciação		Linha reta	

Movimentos ocorridos nos exercícios de 2025 e 2024

<i>Ativos fixos tangíveis</i>	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2025					
Custo de aquisição	1.649,55		37.419,94	148,76	39.218,25
Imparidade acumulada					0,00
Depreciações acumuladas	-1.649,55		-37.419,94	-148,76	-39.218,25
Valor líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31 de Dezembro de 2025					
Adições					0,00
Alienações					0,00
Depreciações					0,00
Perdas por imparidade					
Valor líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31 de Dezembro de 2024					
Custo de aquisição	1.649,55		37.419,94	148,76	39.218,25
Imparidade acumulada	0,00		0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas	-1.649,55		-37.419,94	-148,76	-39.218,25
Valor líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


 JNR





Ativos fixos tangíveis	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2024					
Custo de aquisição	1.649,55		37.419,94	148,76	39.218,25
Imparidade acumulada					
Depreciações acumuladas	-1.649,55		-37.419,94	-148,76	-39.218,25
Valor líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31 de Dezembro de 2024					
Adições					0,00
Alienações					0,00
Depreciações					0,00
Perdas por imparidade					
Valor líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31 de Dezembro de 2024					
Custo de aquisição	1.649,55	0,00	37.419,94	148,76	39.218,25
Imparidade acumulada	0,00		0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas	-1.649,55	0,00	-37.419,94	-148,76	-39.218,25
Valor líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8-Ativos Intangíveis - Movimentos ocorridos nos exercícios 2025 e 2024

Ativos intangíveis	Outros ativos intangíveis	Total
A 1 de Janeiro de 2025		
Custo de aquisição	330,57	330,57
Imparidade acumulada		
Amortizações acumuladas		
Valor líquido	330,57	330,57
31 de Dezembro de 2025		
Custo de aquisição	330,57	330,57
Imparidade acumulada		
Amortizações acumuladas		
Valor líquido	330,57	330,57

16
 JNR
 AG.
 b

Ativos intangíveis	Outros ativos intangíveis	Total
A 1 de Janeiro de 2024		
Custo de aquisição	330,57	330,57
Imparidade acumulada		
Amortizações acumuladas		
Valor líquido	330,57	330,57
31 de Dezembro de 2024		
Custo de aquisição	330,57	330,57
Imparidade acumulada		
Amortizações acumuladas		
Valor líquido	330,57	330,57

9-Inventários

<i>Inventários</i>	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias	2.450,99	2.450,99
Perdas por imparidade acumuladas	2.450,99	2.450,99
Subtotal	-	-

NA

JNR
 AG.
 b

10-Rédito

Quantias dos rendimentos reconhecidos no período

Quantias dos rendimentos reconhecidas no período	2025			2024	
	Rendimentos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos rendimentos reconhecidos no período	Variação percentual face aos rendimentos reconhecidos no período anterior	Rendimentos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos rendimentos reconhecidos no período
Quotas e joias	84.214,50	59,15%	(8,93%)	92.469,65	71,01%
Patrocínios	21.500,00	15,10%	(29,22%)	30.375,00	23,33%
Almoço PSD	0,00	0,00%	(100,00%)	2.146,32	1,65%
Outros (nota conjuntura e proj. Business Roundtable)	4.500,00	3,16%	0,00%	4.500,00	3,46%
Totais	110.214,50			129.490,97	
Doações	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Totais	0,00			0,00	
Imparidades dividas a receber	0,00	0,00%	(100,00%)	278,22	0,21%
Totais	0,00			278,22	
Outros rendimentos e ganhos	32.162,06	22,59%	7064,32%	448,92	0,34%
Totais	32.162,06			448,92	
Totais	142.376,56	100,00%		130.218,11	100,00%

No valor da rubrica "Outros rendimentos e ganhos" estão incluídos 28.743,39€ referentes às notas de crédito da AIP

JNR

11-Ativos e passivos financeiros

Informação relativa a ativos e passivos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros		31/12/2025			31/12/2024			
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	
Activos financeiros custo menos imparidades	Associados	20.506,03	10.023,74	10.482,29	8.088,47	4.004,99	4.083,48	
	Corrente	Creditos a receber	0,00		0,00	0,00		0,00
		Outros ativos correntes	0,00		0,00	0,00		0,00
		Subtotais	20.506,03	10.023,74	10.482,29	8.088,47	4.004,99	4.083,48
	Totais	20.506,03	10.023,74	10.482,29	8.088,47	4.004,99	4.083,48	
Passivos financeiros mensurados ao custo	Fornecedores	13.170,95		13.170,95	26.794,98		26.794,98	
	Subtotais	13.170,95		13.170,95	26.794,98		26.794,98	
	Corrente	Pessoal e Penhoras	0,00		0,00	0,00		0,00
		Acrescimo de gastos	0,00		0,00	190,91		190,91
		Previsão de ferias e sub.ferias	10.273,20		10.273,20	10.273,20		10.273,20
		Outros credores	1.505,29		1.505,29	1.307,89		1.307,89
	Subtotais	11.778,49		11.778,49	11.772,00		11.772,00	
	Não Corrente	Fornecedores	0,00		0,00	20.543,00		20.543,00
		Subtotais	0,00		0,00	20.543,00		20.543,00
	Totais	24.949,44		24.949,44	59.109,98		59.109,98	

No Passivo Não Corrente o valor contante no exercício de 2024 no valor de 20.543,00€ é referente a divida à AIP-CCI. No exercício de 2025 esse valor foi anulado através de notas de crédito

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JNR" and other illegible marks.

12-Decomposição dos principais gastos registados no exercício

12.1 – Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos		2025	2024
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	17.598,58	26.137,77
	Publicidade e propaganda	0,00	0,00
	Honorários	0,00	110,70
	Conservação e reparação	0,00	0,00
	Outros- Seminários, Conferências, Almoços	639,33	2.905,24
	Sub-total	18.237,91	29.153,71
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00
	Livros e documentação técnica	0,00	2,80
	Material de escritório	136,33	164,12
	Artigos para oferta	0,00	0,00
	Sub-total	136,33	166,92
Energia e Fluidos	Eletricidade	0,00	0,00
	Combustíveis	0,00	0,00
	Sub-total	0,00	0,00
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	875,20	1.196,98
	Sub-total	875,20	1.196,98
Serviços diversos	Rendas e alugueres	3.540,96	3.853,26
	Comunicação	745,77	1.927,07
	Seguros	467,99	409,67
	Contencioso e Notariado	0,00	0,00
	Despesas de representação	552,10	1.476,75
	Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00
	Outros serviços	114,37	184,08
	Sub-Ttotal	5.421,19	7.850,83
Totais		24.670,63	38.368,44

12.2- Gastos com pessoal

Gastos com pessoal	2025		2024	
	Gastos	Nº trabalhadores gerais	Gastos	Nº trabalhadores gerais
Remunerações Pessoal	58.300,00	2,00	58.300,00	2,00
Indemnizações	0,00		0,00	
Encargos sobre remunerações	13.000,90		13.000,90	
Seguros de acidentes trabalho	685,32		781,28	
Totais	71.986,22	2,00	72.082,18	2,00

JNR

 AG

 A

 H

 S

13-Divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que em 31 de Dezembro a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do DL 534/80, de 7/11.

Dando cumprimentos ao estipulado no Decreto 411/91 de 17/10, a Direção informa que em 31 de Dezembro a situação da empresa perante a Segurança Social encontrava-se regularizada, dentro dos prazos estipulados.

14-Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro 2025

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se verificaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas comerciais.

15-Outras informações

15.1 - O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

Estado e outros entes publicos		31/12/2025	31/12/2024
Passivo	Imposto sobre rendimento pessoas singulares	1.184,00	1.231,00
	Imposto sobre rendimento pessoas coletivas	0,00	0,00
	Imposto sobre valor acrescentado	2.252,88	4.316,88
	Contribuições para Segurança Social	2.630,71	2.630,71
	Total	6.067,59	8.178,59

15.2- Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os Fundos Patrimoniais encontram-se negativos. A situação encontra-se a ser objeto de análise por parte dos órgãos de gestão.

O imposto sobre o rendimento é de 0€ porque se considerar que a atividade desenvolvida pelo FORUM durante o exercício de 2025 é isenta de IRC.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JNR" and "A.G.", along with various scribbles and marks.

Os Resultados ao longo dos últimos 10 anos foi a seguinte:

	Resultados dos Exercícios		Resultado Líquido do Exercício Total
	N Sujeitos	ISENTOS	
2016	-5.425,41	-37.953,77	-43.379,18
2017	22.514,36	-10.339,23	12.175,13
2018	12.572,73	-6.936,55	5.636,18
2019	30.816,23	-20.622,33	10.193,90
2020	17.581,76	-31.595,25	-14.193,90
2021	1.992,90	-19.132,10	-17.139,20
2022	13.102,54	-1.986,05	11.116,49
2023	28.557,61	12.868,58	41.426,19
2024	11.444,52	1.766,70	13.211,22
2025	21.919,93	14.499,49	36.419,42

15.3- Informação relativa a Diferimentos

Diferimentos	31/12/2025	31/12/2024
Gastos a reconhecer		
Outros	295,08	109,35
Seguros	501,07	194,73
Total	796,15	304,08
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	0,00	0,00
Perspetivas Empresariais	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

15.4- Listagem de Associados em 31 de dezembro de 2025

ASSOCIADOS	Quota Anual
1 CIP	3.281,25
2 AIP	6.562,50
3 BDO Binder & Co.	4.118,25
4 IAPMEI	327,60
5 Banco Português de Fomento	1.640,10
6 APB - Associação Portuguesa de Bancos	3.281,25
7 CAP	3.281,25
8 NUTRINVEST, SGPS, SA	3.281,25
9 Dr. Pedro Ferraz da Costa	100,00
10 BRISA	6.562,50
11 MILLENNIUM BCP	3.281,25
12 APIFARMA	3.281,25

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JGR" and "06".

13	COSEC	1.640,10
14	Caetano Coatings	327,60
15	BOSCH Car Multimedia Portugal	656,25
16	Universidade Católica Portuguesa	327,60
17	Universidade Lusíada (Fundação Minerva)	327,60
18	AESE	327,60
19	GESBANHA	327,60
20	Eng. Luís Mira Amaral	100,00
21	CUF, S.A.	3.281,25
22	Caixa Geral de Depósitos	1.640,10
23	AEP	3.281,25
24	ISEG	327,60
25	Emílio Rui Vilar	100,00
26	Rui Vieira de Castro	100,00
27	Medinfar	327,60
28	Vítor da Conceição Gonçalves	100,00
29	Daniel Proença de Carvalho	100,00
30	Victor Roldão	100,00
31	Ordem dos Engenheiros	327,60
32	Banco BIG	1.640,10
33	João Ferreira do Amaral	100,00
34	Rodolfo Lavrador	100,00
35	José Pedro Sucena Paiva	100,00
36	Ilídio Seródio	100,00
37	Orlando Caliço	100,00
38	Maria do Carmo Vieira da Fonseca	100,00
39	Paulo Barradas	100,00
40	Securitas	656,25
41	Banco Santander Totta	1.640,10
42	Jaime Esteves	100,00
43	Jerónimo Martins	6.562,50
44	Abílio do Rosário	100,00
45	Joaquim Luiz Gomes	100,00
46	Carlos Cid Álvares	100,00
47	The Navigator Company	1.640,10
48	Explorer Investments	327,60
49	FLAD	327,60
50	Tristão da Cunha	100,00
51	Pedro Rocha e Melo	100,00
52	António Alfaiate	100,00
53	Efapel	327,60
54	Heed Capital	327,60
55	ANA	656,25
56	Semapa	1.640,10
57	Manuel Champalimaud, SGPS, S.A.	327,60
58	Luís Filipe Caldas	100,00
59	Universidade Lusófona	327,60
60	IST	656,25
61	Daniel Bessa	100,00
62	Amílcar Theias	100,00
63	ATP	656,25
64	BBVA	3.281,25
65	TMG	1.640,10
66	CTP - Confederação do Turismo de Portugal	1.640,10

A collection of handwritten signatures and initials in blue and black ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be initials or names of individuals.

67	CCP - Confederação do Comercio e Serviços de Portugal	1.640,10
68	José António Barros	100,00
69	Luís Pais Antunes	100,00
70	Luís Todo Bom	100,00
71	Luís Leitão Martins	100,00
72	José Honório	100,00
73	El Corte Inglés	3.281,25
74	Manuel Puerta da Costa	100,00

A Direção

x *[Handwritten signature]*
 y *[Handwritten signature]*
 x *[Handwritten signature]*
 x *[Handwritten signature]*
 x *[Handwritten signature]*
 x *[Handwritten signature]*
 x *[Handwritten signature]*
 x *[Handwritten signature]*

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos a atividade do FORUM PARA A COMPETITIVIDADE - Associação para o Desenvolvimento Empresarial (adiante também designado por FORUM ou Associação), examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho Diretivo os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. Para a análise das contas de 2025 do FORUM, o Conselho Fiscal foi assessorado pelos auditores independentes BDO & Associados, SROC, SA cujo relatório de auditoria mereceu a nossa concordância.

Apesar de um favorável passo de integração com a AIP, que o Conselho Fiscal aprecia favoravelmente, continua a ser necessária a recomposição do fundo de capital da Associação. No entanto, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, o anexo e o relatório de atividades apresentado pelo Conselho Diretivo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, atenta a incerteza material relacionada com a continuidade, evidenciada no relatório de auditoria, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o relatório de atividade, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, apresentados pelo Conselho Diretivo, relativos ao exercício de 2025.
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho Diretivo.
- 3º Que deve ser aprovado um Voto de Louvor ao Conselho Diretivo pelo trabalho competente e abnegado desenvolvido ao longo do seu mandato e, em particular, no exercício de 2025.

Lisboa, 11 de maio de 2026

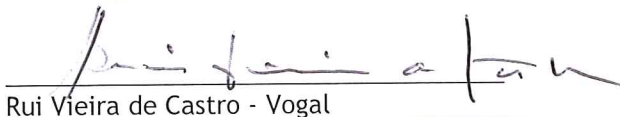
O CONSELHO FISCAL



Luís Palha da Silva - Presidente



Manuel Puerta da Costa - Vogal



Rui Vieira de Castro - Vogal

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do FORUM PARA A COMPETITIVIDADE - Associação para o Desenvolvimento Empresarial (adiante também designado por FORUM ou Associação), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 19 357 euros e um total de fundos patrimoniais negativo de 16 660 euros, incluindo um resultado líquido de 36 419 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do FORUM PARA A COMPETITIVIDADE - Associação para o Desenvolvimento Empresarial, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Associação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme referido no relatório de gestão e na nota 15.2 do anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025: (i) os fundos patrimoniais do FORUM são negativos em cerca de 17 000 euros (31dez2024: cerca de 53 000 euros) e o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em cerca de 18 000 euros (31dez2024: cerca de 34 000 euros), pelo que não se encontra assegurada a obtenção dos recursos necessários para a liquidação das responsabilidades da Associação exigíveis num período de 12 meses após a data do balanço. Adicionalmente, conforme referido no ponto 7 do relatório de gestão, o Conselho Diretivo tem vindo a trabalhar, conjuntamente com a Direção da AIP-CCI, visando a integração do

FORUM PARA A COMPETITIVIDADE nessa Associação, solução que irá ser submetida à aprovação na próxima Assembleia Geral do FORUM. Estes acontecimentos ou condições indicam que existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da Associação prosseguir em continuidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Associação de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de atividades nos termos estatutários aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Associação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Associação.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Associação;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Associação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Associação descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Associação, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de maio de 2026

A handwritten signature in blue ink that reads 'Anabela Vaz Borges'.

Anabela Vaz Borges
(ROC n.º 1358, inscrita na CMVM sob o n.º 20160968),
em representação de BDO & Associados, SROC, S.A.



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

Associação para o Desenvolvimento Empresarial

ANEXOS

[Handwritten signature]



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

INTERVENÇÕES NA COMUNICAÇÃO SOCIAL DO
DIRECTOR DO GABINETE DE ESTUDOS

2025

TV

- CNN
- SIC Notícias

Rádio

- Deutschlandfunk
- Rádio Observador
- TSF

Imprensa escrita

Respostas a vários pedidos de:

- CNN
- Correio da Manhã
- ECO
- France Press
- Jornal de Negócios
- Jornal de Notícias
- Jornal Económico
- Lusa
- Observador
- Público
- Vida Económica

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters "V", "JNR", and several illegible signatures.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

SEMINÁRIO
O ORÇAMENTO DO ESTADO 2026

23 de Outubro de 2025

Auditório da AESE - Calçada da Palma de Baixo, 12, Lisboa

PROGRAMA

14h30 Abertura

- Pedro Ferraz da Costa – Presidente do Forum para a Competitividade
- Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, Professor José Maria Brandão de Brito

15h00 “Consequências para Portugal e para a União Europeia da política aduaneira dos EUA e dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente”

- Keynote Speaker: Paulo Portas – Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Professor e Administrador de empresas

15h30 Painel “O OE 2026 e a Competitividade Fiscal”

- Moderador: Carlos Lobo – Ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XVII Governo Constitucional e Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Oradores:
 - António Nogueira Leite – Vice-Presidente do Forum para a Competitividade
 - Luís Belo - Partner e Tax & Legal Leader da Deloitte
 - Ricardo Reis – Partner de Tax da Deloitte
 - Pedro Fino – CFO do Grupo Pestana

16h30 Painel “Como pode o OE 2026 ajudar a promover o aumento da dimensão média das empresas e estimular o investimento?”

- Moderador: Cecília Meireles – Vogal do Conselho Directivo do Forum para a Competitividade
- Oradores:
 - Manuel Gama – Associado Senior Tax and Private Clients J+Legal
 - Susana Enes – Partner de Tax da Deloitte
 - Francisco Vieira - Diretor do Programa AMEG e Professor de Operações, Tecnologia e Inovação da AESE Business School

17h30 “Perspectivas de evolução da economia portuguesa no curto e médio prazo”.

- Keynote Speaker: Ricardo Reis – Professor na London School of Economics (via Zoom)

18h15 Encerramento

- Fátima Carioca – Dean da AESE Business School

Apoio:



Deloitte.



BBVA

Jerónimo
Martins

Millennium
bcp

Com o patrocínio de

Governo prepara novo tributo sobre a banca

O Governo parece decidido a tributar mais a banca. O ministro das Finanças, Miranda Sarmiento, pretende lançar um novo imposto, na primeira metade do próximo ano, na sequência da decisão do Tribunal Constitucional em considerar a taxa adicional de solidariedade inconstitucional. O Executivo vai avançar com cuidados dobrados para que o novo imposto possa passar no crivo do tribunal. O ministro admitiu que o tributo criado em 2020 o foi de uma forma algo apressado, tendo em conta a situação do momento.

AICCOPN muda designação

A AICCOPN passa a denominar-se Associação dos Industriais da Construção e Obras Públicas Nacional e com uma nova identidade institucional, reforçando a sua missão e representatividade. Consolida-se como instituição de referência para todas as empresas da construção e atividades conexas e afirma o seu caráter nacional. Fundada em 1892 e com mais de seis mil associados, a associação entra agora numa nova etapa da sua história com a adoção de uma nova denominação e identidade gráfica.

PEDRO FERRAZ DA COSTA, PRESIDENTE DO FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE, AFIRMA

Portugal precisa de empresas maiores e impostos mais baixos

Em entrevista à “Vida Económica”, Pedro Ferraz da Costa, presidente do Fórum para a Competitividade, defende que o futuro da economia portuguesa depende do aumento da dimensão das empresas e de uma reforma fiscal que estimule o investimento. “A pequena escala tira competitividade às empresas”, afirma, acrescentando que “Portugal devia ter uma taxa de IRC de 15%, como a Irlanda”.

VIRGÍLIO FERRERA
virgilioferrera@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica – Afirmou que Portugal continua a enfrentar um bloqueio estrutural no crescimento e na produtividade. Que medidas concretas considera indispensáveis para que o OE2026 possa, de facto, estimular o aumento da dimensão e da competitividade das empresas portuguesas?

Pedro Ferraz da Costa – Há várias medidas repetidamente referidas. No que respeita a todos os incentivos, precisamos que sejam simples e rápidos, sobretudo para as empresas de menor dimensão.

Os inimigos das empresas – e há-os em todos os partidos – não têm querido aprovar incentivos adaptados à respetiva dimensão. Dizem que é inconstitucional!

Omiúndo que têm sido aprovados incentivos fortemente desiguais, nomeadamente na política energética, e que, normalmente, não há publicação dos resultados obtidos.

Cito, como exemplo de áreas muito opacas, os subsídios aos combustíveis e às renováveis. Temos de reconhecer que os apoios financeiros tendem a distribuir recursos pelos grandes, que já cresceram.

A classe política gosta de tributar e de ficar com o dinheiro para distribuir sob a forma de subsídios. Não nos devemos surpreender que a rentabilidade do nosso sistema económico seja baixa.

VE – Tem referido que Portugal está “ao nível dos piores” em matéria de fiscalidade. Que alterações estruturais ao sistema fiscal considera prioritárias para tornar o país mais competitivo no contexto europeu?

PFC – Temos um sistema fiscal que, no essencial, foi preparado na sequência da



“Os inimigos das empresas – e há-os em todos os partidos – não têm querido aprovar incentivos adaptados à respetiva dimensão”, afirma Pedro Ferraz da Costa.

aprovação da Lei Geral Tributária e refletia a visão do professor Sousa Franco. Reconheço que fez um esforço para modernizar as suas ideias iniciais, que representavam uma visão muito estatista da sociedade, com um poder quase absoluto do Estado. De qualquer forma, posso afirmar que todas as mudanças introduzidas depois do professor Sousa Franco pioraram o sistema fiscal.

Houve uma alteração importante, quando o novo diretor-geral dos Impostos introduziu prémios aos funcionários relacionados com a cobrança que faziam e que, em muitos casos, não passavam ao contribuinte a pagar primeiro, protestar depois e viver em incerteza durante longos períodos. A complexidade do nosso sistema agrava ainda mais esses inconvenientes.

É, aliás, uma grande vantagem do investimento direto estrangeiro ter a fiscalidade fixada por contrato, porque os investidores assim o exigem, refletindo a pouca confiança no Estado português.

VE – A reduzida dimensão média das empresas continua a ser apontada como um travão ao desenvolvimento económico. Que papel pode o Estado ter, através do OE2026, na promoção de fusões, capitalização e crescimento das empresas?

PFC – Há já alguns anos que o Fórum

para a Competitividade estuda profundamente esse assunto e apresentou à anterior equipa da Economia uma proposta que permitiria desburocratizar os pedidos de fusões e concentrações de empresas, garantindo segurança jurídica e uma base para

decisões automáticas em grande parte dos casos. Continuamos a aguardar uma resposta.

O nosso principal objetivo, resultante de reflexões feitas durante o período da pandemia, era responder ao problema de um número muito elevado de

empresas em Portugal, criadas no pós-25 de Abril, que precisam neste momento de mudar de geração ou encerrar.

O aumento da escala obtido pela concentração de empresas seria também muito positivo, pois a pequena dimensão de muitas delas retira-lhes competitividade – dificilmente conseguem explorar mais do que um ou dois mercados externos, têm dificuldade em crescer e em alargar a gama de produtos.

Independentemente destas medidas para aumentar a escala das empresas, existe uma de caráter geral: temos uma taxa nominal de IRC muito elevada. Não há fundamento para tentar convencer os investidores de que em Portugal podem pagar impostos mais altos do que, por exemplo, em Espanha. Aliás, por razões fiscais de concorrência, temos impostos mais elevados do que Espanha, taxas de juro mais altas e preços de combustíveis superiores.

O defensor da competitividade

Pedro Ferraz da Costa é presidente do Fórum para a Competitividade, entidade que fundou em 2012 para promover o crescimento económico sustentado e o aumento da produtividade em Portugal. Economista e empresário, foi também presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) e é uma das vozes mais influentes no debate sobre políticas públicas e competitividade empresarial.

A solução passa por admitir que o crescimento é importante, que deve ocorrer em setores modernos e absorver pessoas mais qualificadas, o que implica uma taxa de imposto mais baixa. Devíamos ter 15%, como tem a Irlanda. Se há dificuldades em acomodar esta redução no Orçamento do Estado, o Governo terá também de reduzir a despesa pública. O que não pode é hipotecar o futuro com uma atitude complacente perante o crescimento contínuo da despesa.

VE – Disse que a falta de produtividade está a travar o crescimento dos salários e o emprego dos jovens qualificados. Que políticas públicas poderiam criar um círculo virtuoso entre produtividade, inovação e rendimentos?

PFC – O círculo virtuoso passaria pela diminuição da taxa de IRS, que é absurdamente elevada para quem tem mais qualificações. Defendo a isenção das remunerações ligadas à produtividade e aos resultados da empresa, com o objetivo de criar uma ligação virtuosa. Também as remunerações sob a forma de prémios deviam ser isentas de contribuições para a Segurança Social, como, aliás, já foram.

VE – O Orçamento foi elogiado por garantir estabilidade, mas criticado por falta de ambição. Considera que essa estabilidade é suficiente para atrair investimento, ou Portugal corre o risco de ficar preso a um modelo de baixo crescimento?

PFC – Portugal tem registado, há anos, taxas de crescimento inferiores às que devia atingir. As constantes alterações de políticas públicas, uma opinião pública influenciada por ideologias de extrema-esquerda e uma mentalidade avessa à mudança fazem com que se tenha medo de viver noutra realidade de familiares emigrados noutros países europeus.

Porque é que as pessoas não acreditam que podemos mudar o sistema para melhor? Não sei responder.